TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: O CASO DOS PROFESSORES DA UERJ

Flávia Gonzalez – Uerj
flavia_gonzalez71@hotmail.com
Samira Goulart – Uerj
samira.goulart@ig.com.br
Viviane Dias – Uerj
diasviviane01@hotmail.com
Deise Mancebo – Uerj
deise.mancebo@gmail.com

1 – Introdução:

Este trabalho apresenta discussões realizadas no âmbito da pesquisa intitulada "Trabalho Docente, Políticas e Subjetividade"[1] que tem como objetivo principal a realização de uma análise do trabalho docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj/Brasil), levando-se em consideração o cenário da educação superior brasileira, bem como o processo de fragmentação e precarização pelo qual passa o trabalho na atualidade, em função do novo regime de acumulação capitalista e do processo de globalização ora em curso. Visando problematizar o trabalho do professor universitário, impactado em sua atuação profissional pelas transformações ocorridas no mundo contemporâneo, apresenta-se a seguir algumas reflexões resultantes das análises documentais e bibliográficas realizadas acerca do mundo do trabalho contemporâneo e seus desdobramentos no trabalho docente, tendo como campo empírico a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e, mais especificamente, seu quadro de professores.

[1] O grupo de pesquisa é coordenado pela Profª. Drª. Deise Mancebo, professora titular do Departamento de Psicologia Social da Uerj e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da mesma universidade. Participam do grupo de estudos, alunos de graduação do curso de psicologia da Uerj e alunos dos Programas de Pós-graduação em Psicologia Social e em Políticas Públicas e Formação Humana.

2 – O Capitalismo Globalizado e de Ideologia Neoliberal:

O século XX assistiu o capitalismo atingir sua fase mais estável e de maior crescimento no período posterior à Segunda Guerra Mundial, especialmente entre as décadas de 50 e 60. No entanto, após esse período, teve início uma crise do modelo capitalista de acumulação até então vigente, repercutindo em conseqüências sociais graves para a maioria dos países do globo. Durantes os últimos 30 anos, ou seja, no início da década de 70, houve um esgotamento do modelo de acumulação *fordista-keynesiano*, que não era mais capaz de manter elevadas taxas de lucro para o capital, em vista do aumento do preço da força de trabalho e das lutas sociais dos anos 60, que queriam o controle social da produção.

Para Ricardo Antunes (2003), a crise do fordismo e do keynesianismo era expressão de um quadro mais crítico, de uma verdadeira crise estrutural do capital, na qual o modelo de acumulação taylorista/ fordista foi incapaz de dar conta da retração do consumo, fenômeno que se desenvolvia como conseqüência do desemprego estrutural; além de uma hipertrofia do setor financeiro; da maior concentração de capitais; da crise do *Welfare State*, com necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; de um aumento das privatizações, e maior flexibilização da produção, dos mercados e da força de trabalho; da "intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital" (ANTUNES, 2003, p.31).

Em vista da crise já avançada, o capital buscou saídas possíveis, encontrando nas idéias neoliberais, que já vinham sendo discutidas desde os anos 40, uma possibilidade de retomada das taxas de lucro e do controle sobre o metabolismo social do capital. Embora a crise do capital tenha sido estrutural, a resposta dada a ela foi muito superficial, não modificando os seus pilares fundamentais de produção. O que ocorreu foi uma transformação no padrão de acumulação, tentando reestruturar o padrão produtivo do taylorismo/fordismo.

Como foram derrotadas as alternativas mais ousadas do mundo do trabalho no que concerne a respostas para a crise, coube ao capital oferecer sua alternativa, ou seja, reorganizar o ciclo produtivo, modificando o padrão de acumulação e não o modo de produção. Desta forma, continua a velha receita de acumulação capitalista, mas modifica-se a forma como ela é executada.

A assunção do neoliberalismo enquanto doutrina justificou uma nova forma de acumulação de capital, baseada na flexibilização das trocas e relações, trazendo implicações para diversas áreas da vida. Inicia-se um processo de reorganização do capital e do Estado, com mudanças no papel de cada um. Ao Estado caberia garantir uma estabilidade econômica, diminuindo os encargos sobre o capital e promovendo assim os investimentos privados. Há um afastamento do Estado como regulador do mercado e provedor social, favorecendo privatizações e a assunção do domínio por parte do capital privado. Esse afastamento do Estado no plano econômico desencadeou a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, seguido de reestruturação da produção e do trabalho. Aliado a isso houve modificações no campo político, retornando o problema do desemprego e fazendo os sindicatos perderem poder de mobilização; os movimentos sociais enfraqueceram diante do estímulo à competição e individualismo, desfavorecendo as ações coletivas e sociopolíticas.

Assim, a ideologia neoliberal foi adotada a um só tempo como alternativa política, econômica, social, jurídica e cultural para a crise pela qual vinha passando o capitalismo. Seu ideário reforça a falta de compromisso com o social e prioriza os interesses da esfera econômica, faz uma severa crítica contra o Estado do Bem-Estar Social e apregoa a necessidade de desregulamentação de barreiras que possam impedir o livre fluxo do mercado. De acordo com esse ideário, o Estado do Bem Estar Social é apontado como o principal responsável pela profunda recessão do capital, pois a partir de seu modelo intervencionista destruiria a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência.

Portanto, o capital enfrentou a crise estrutural, acima desenhada, apostando na implementação de um processo de reestruturação, denominado por diversos autores de acumulação flexível, para o qual concorreram os crescentes avanços tecnológicos, bem como profundas reestruturações dos processos de trabalho.

O neoliberalismo surge, então, no ocidente como uma ideologia que alavanca tais transformações, e, após o colapso do socialismo real, como única e irreversível alternativa à crise, produzindo desdobramentos tanto na esfera econômica e social, quanto no campo do trabalho. Nesse contexto global, em vista da crise e buscando manter seus níveis de lucro e produtividade, o capital passou a investir mais agressivamente em tecnologia e a incentivar formas mais flexíveis de trabalho.

Aliado a esse contexto de reestruturação do capital e, de certa forma, condição e conseqüência do mesmo, tem-se o processo de globalização, que tornou possível a maior quantidade e velocidade das trocas, sejam elas de produtos, mercadorias, informações ou pessoas. Mesmo que se considere que a globalização não é processo novo, já que inerente ao movimento expansionista do capital e sua voracidade ao transformar tudo em mercadoria, não há como negar a acerelação sofrida nos últimos anos, dentre outros aspectos em função dos avanços tecnológicos.

Fato é que se vive, atualmente, a mundialização do capital, especialmente do capital especulativo, não produtivo – o capital financeiro. As empresas são transnacionais e os fluxos econômicos circulam de um lugar para o outro do globo com grande velocidade utilizando as informações *on line* e as tecnologias de ponta. Um número cada vez mais reduzido de grupos econômicos concentra acesso ao conhecimento, à ciência e às novas tecnologias, utilizando-as de acordo com seus interesses. Esses grupos manipulam também a informação, utilizada como mercadoria altamente disputada já que potencialmente geradora de lucro. Como resultado, o capital obtém aumento da produtividade podendo explorar qualquer parte do planeta, sem qualquer compromisso com o social.

A utilização da tecnologia para aumentar a produtividade, tem gerado crises, exploração, pobreza, entre outras formas destrutivas. Passa-se a

implementar um capitalismo mais duro e livre de regras, no qual o Estado deve ser forte em sua capacidade de manter o controle social, mas mínimo nas intervenções econômicas, não mais garantindo e se responsabilizando pela universalidade dos direitos sociais. Podem ser observados cortes orçamentários significativos nas políticas sociais que garantiam as condições básicas de vida digna para o cidadão, tais como: educação, saúde, habitação, pleno emprego, saneamento, cultura, previdência. O acesso aos direitos sociais passa a se dar através do consumo ou da filantropia, à medida que a ideologia neoliberal é centrada na crença e na soberania da autonomia individual (mas que entende o indivíduo como proprietário e/ou consumidor).

Além disso, para essa doutrina a desigualdade é um valor positivo e necessário para o crescimento econômico. O mercado teria a capacidade de se auto-regular, o que no tempo certo, a partir da retomada do crescimento econômico, alcançado através da aplicação do "receituário" neoliberal, geraria benefícios para todas as camadas sociais.

No entanto, o que vem ocorrendo na prática e em escala mundial é um aumento sem precedentes das desigualdades sociais. Para os países periféricos o estrago social causado pelas políticas neoliberais foi ainda mais devastador, manifestando-se em cada país e em cada região (muitas vezes em um mesmo país) de forma particular, em função de diferenças históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Acentuaram-se, assim, desigualdades históricas e estruturais, criando uma combinação de problemas sociais de alta complexidade. Para esses países, a doutrina neoliberal recomenda um "pacote de medidas de ajuste", baseados no "receituário" sugerido por grandes agências internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio), vendendo a falsa idéia de que através de sua aplicação esses países poderiam recuperar o crescimento econômico e/ou atingir níveis de desenvolvimento dos países centrais. Na verdade, o que esse pacote visa atender, prioritariamente, são as demandas de auto-regulação do mercado e acabam por definir a relação de desigualdade entre os países periféricos e os países centrais. Estabelecem, em síntese, o único lugar possível de

ingresso dos países periféricos na nova hierarquia das relações econômicas e políticas nacionais: o lugar de dependência.

Antunes (2003) destaca que

> [...] Quanto mais se avança na competição intercapitalista, quanto mais se desenvolve a tecnologia concorrencial em uma dada região ou conjunto de países, quanto mais se expande os capitais financeiros dos países imperialistas, maior é a desmontagem e a desestruturação daqueles que estão subordinados ou mesmo excluídos desse processo[...] essa lógica destrutiva, ao reconfigurar e recompor a divisão internacional do sistema do capital, traz como resultado a desmontagem de regiões inteiras que estão, pouco a pouco, sendo eliminadas do cenário industrial e produtivo, derrotadas pela desigual concorrência mundial [...] (ANTUNES, 2003, p.33).

Desta forma, o autor chama atenção para uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, ocorrendo em escala mundial, em meio à destruição do meio ambiente e da força produtiva, havendo maior precarização e desemprego estrutural.

Nas sociedades capitalistas do início do milênio há os que têm acesso (podem pagar pelas mercadorias disponíveis no mercado e/ou estão incluídos em algum ponto da cadeia produtiva, ainda que precariamente) e os excluídos. Aos primeiros, muitos direitos da democracia liberal (igualdade, liberdade, direitos humanos), ao segundo grupo (onde está localizada grande parcela da população mundial) quase a negação de sua condição humana.

No entanto, apesar de todas as contradições no plano ético-político, a ideologia dominante permanece afirmando que a "nova era do mercado" é a única via possível para a sociabilidade humana.

3 – Conseqüências da Globalização e do Neoliberalismo para a categoria trabalho e para educação:

Em todo o mundo estão ocorrendo formas cada vez mais eficazes de alienação e de exploração do conjunto da classe trabalhadora. Como nos diz Mészáros (2002), o que está em crise é a relação social que funda o modo de produção capitalista.

Dentro do contexto de crise do capital, a crise do trabalho assalariado se expressa como a face mais perversa para a existência humana. Ela ocorre após um período de desenvolvimento econômico que permitiu grande investimento em tecnologia. As melhorias tecnológicas, principalmente nos países centrais, revolucionaram profundamente a base técnica do processo produtivo, aumentando a velocidade da informação e agravando as conseqüências da aplicação das políticas neoliberais no âmbito do trabalho humano.

Com Marx, entendemos que o processo de trabalho deve ser considerado como condição ontológica para vivência do homem enquanto ser social, sendo definido como uma atividade orientada para produção de valores de uso, apropriação do natural para a satisfação das necessidades humanas. Nessa perspectiva teórica, o trabalho tem função de centralidade como criador da condição humana, constituindo sua especificidade.

A partir das mediações do modo de produção capitalista, o trabalho passa a ter valor de troca, devendo ser produtivo, ou seja, devendo gerar "mais valia". No capitalismo, o trabalho passa a ser subordinado à lógica de exploração (do capital). Essa lógica aliena, cindido o homem, limitando seu existir no mundo e sua capacidade de pensar seu futuro.

Na forma de capitalismo globalizado, sob a égide da ideologia neoliberal, as formas de exploração do trabalho tornam-se mais eficientes. Os trabalhadores perdem seu poder de barganha em função principalmente dos elevados níveis de desemprego e do desmonte dos sindicatos, enquanto o poder do capital passa a ser praticamente sem limites, através das forças privadas transnacionais – que tem o poder de deslocar sua produção ao menor sinal de perda de produtividade ou lucro – e dos mercados financeiros.

As profundas transformações no mercado de trabalho fazem os trabalhadores lutarem para se manter no emprego, mesmo às custas da perda de direitos conquistados historicamente. Não há mais as garantias do pleno emprego. Antunes (2003) afirma que a sociedade do capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais dos trabalhos parcial e terceirizado. Os regimes e contratos de trabalho tornam-se flexíveis, há redução maciça dos direitos trabalhistas e para os que produzem, tudo isso é vivenciado com grande sofrimento.

As perdas descritas acima são fator de grande relevância para o aprofundamento dos problemas sociais e existenciais dos seres humanos de nossa época. Não é difícil entender a constante sensação de insegurança que ronda o cotidiano da maior parte dos trabalhadores na atualidade. Se somarmos a esse quadro, o fato de vivermos numa sociedade fragmentada, que valoriza questões individuais em detrimento das questões coletivas, pode-se prever a proliferação de experiências existenciais onde predominam os sentimentos de morbidez, perplexidade e tensão.

Dentro desse contexto, os paradigmas educativos e formativos passam, obviamente, por um processo de ressignificação. Os processos educacionais são, ao mesmo tempo, constituídos e constituintes das relações sociais, daí sua relevância enquanto área estratégica para a implementação da ideologia hegemônica.

No período histórico, no qual as funções de assistência social eram exercidas pelo Estado do Bem Estar Social, a educação formal e a qualificação profissional tinham uma função integradora, em acordo com a tese do pleno emprego. Acreditava-se que, investimento em capital humano possibilitaria o desenvolvimento. Para os trabalhadores, esse investimento garantiria empregos melhores e possibilidade de mobilidade e ascensão social.

No momento atual, ocorre uma revisão das concepções e políticas educacionais para se ajustarem à nova (des)ordem mundial. A partir da crise no modelo de produção e das transformações do mercado de trabalho, o que a ideologia dominante busca é reduzir a função dos processos educativos à mera formação de cidadãos empregáveis, buscando formar

trabalhadores flexíveis e adaptados às necessidades do mercado, ou seja, ajustar suas diretrizes ao novo modelo produtivo do capitalismo globalizado e de ideologia neoliberal.

As políticas públicas para o âmbito da educação e para qualificação, assim como as demais políticas de conteúdo social deslocam-se do plano social para responsabilidade individual.

4 – A Universidade Brasileira e o Trabalho Docente no Contexto do Capitalismo Globalizado e de Ideologia Neoliberal:

No Brasil, o ingresso na "economia de mercado" ocorreu a partir da implementação das "políticas de ajuste neoliberais", pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na década de 1990. Assistimos a um acordo entre as políticas públicas e os discursos de modernização apregoados pelos organismos internacionais, de modo que foram adotadas políticas que têm direcionado os investimentos públicos em acordo às demandas do novo modelo econômico mundial.

A implementação dessas políticas tem graves conseqüências para a educação e a produção de conhecimento, em especial para as universidades públicas que, no Brasil, são as principais instituições que realizam pesquisa.

Na forma tradicional, a educação era vista como direito social e a universidade responsável pela produção do conhecimento da alta cultura e do pensamento crítico. Como no resto do mundo, com a implementação das políticas neoliberais, ocorre a transferência da educação da esfera pública para a esfera do mercado, sem levar em consideração valores humanitários, sociais e culturais.

Na lógica do capital, as instituições de ensino superior (IES) devem funcionar assujeitadas a mecanismos de controle de qualidade para provar "produtividade", como se fosse uma empresa que tivesse como finalidade final a geração de lucros. Assim, a universidade deve formar profissionais para atender às demandas do mercado de trabalho e produzir conhecimento que possam ser aplicados para propiciar geração de lucros para o setor privado. Além disso, a privatização interna, mesmo das IES públicas, também se manifesta através da venda de serviços diversos (inclusive do

conhecimento) já que há um estimulo para que as IES diversifiquem sua capacidade de atrair investimentos.

Os investimentos públicos nas IES vêm diminuindo drasticamente e, não raramente, quando acontecem, priorizam os interesses do mercado. A universidade perdeu sua capacidade de escolha (autonomia) em relação a essas políticas. Os sinais emitidos pelo mercado orientam as decisões em matéria de política educacional e de produção de conhecimento, a autonomia é mitigada e os processos acadêmicos e científicos são afetados drasticamente. Adota-se um novo modelo gerencial, com apologia à flexibilidade, ao produtivismo e ao individualismo. O atual modelo de flexibilização de gestão nas universidades brasileiras se justifica pela exigência de expansão do sistema, tomando como regra o menor custo.

Um dos caminhos possíveis para a racionalização dos recursos recai justamente sobre o professor. Seu trabalho vem sendo precarizado e desregulamentado, com a redução de salários, diminuição dos direitos trabalhistas, intensificação da jornada de trabalho, entre outras formas de exploração. O uso recorrente dos contratos mais ágeis e econômicos, como os "temporários", "precários" que já vigoram amplamente, até mesmo, na maior parte das universidades públicas brasileiras também é um expediente amplamente utilizado. Como se disse, foi adotado um novo modelo gerencial nas instituições de educação superior, que reproduziu no âmbito universitário um mercado de trabalho flexível.

5 – Trabalho Docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro:

Para problematizar a forma como os docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro se apropriam desse cenário de mudanças que afeta seu cotidiano, discutir suas relações e formas de resistência e enfrentamento, optou-se por uma dupla estratégia metodológica: a análise de documentos e estatísticas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (cotejando número de docentes, situação funcional, carreira, jornada, condições de trabalho, organização do trabalho e tipos de gestão) e a

realização de entrevistas individuais, semi-dirigidas, com os professores da referida universidade..

A primeira impressão que se tem, no período investigado, entre 1994 e 2007, é que o corpo docente da universidade apresenta-se fragmentado. Como se pode observar na tabela abaixo, a UERJ tinha, em 2007, 2980 docentes, contratados por regimes de trabalho absolutamente diferentes, sendo 75,3% contratados como professores efetivos, 2,4% como visitantes e 22,30% como substitutos. Observa-se, ainda, na série histórica, um aumento considerável de 73,37% no quadro de professores substitutos, entre 1994 e 2007, em contraposição ao quadro de docentes efetivos, que aumentou apenas em 17,13% e ao quadro de visitantes que diminuiu 21,51%, no mesmo período.

Corpo docente da UERJ	**1994**	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
População total	**2391**	**2473**	**2511**	**2701**	**2593**	**2779**	**2723**	**2832**	**2795**	**2813**	**2837**	**2918**	**2959**	**2980**
EFETIVOS														
Números	**1915**	**1915**	**1970**	**1974**	**1991**	**2070**	**2132**	**2130**	**2207**	**2184**	**2218**	**2218**	**2228**	**2243**
% da População Total	**80,1**	**77,4**	**78,5**	**73,1**	**76,8**	**74,5**	**78,3**	**75,2**	**79,0**	**77,6**	**78,2**	**76,0**	**75,3**	**75,3**
VISITANTES														
Números	**93**	**128**	**62**	**126**	**102**	**148**	**69**	**87**	**107**	**69**	**82**	**73**	**74**	**73**
% da População Total	**3,9**	**5,2**	**2,5**	**4,7**	**3,9**	**5,3**	**2,5**	**3,1**	**3,8**	**2,5**	**2,9**	**2,5**	**2,5**	**2,4**
SUBSTITUTOS														
Números	**383**	**430**	**479**	**601**	**500**	**561**	**522**	**615**	**481**	**560**	**537**	**627**	**657**	**664**
% da População Total	**16,0**	**17,4**	**19,1**	**22,3**	**19,3**	**20,2**	**19,2**	**21,7**	**17,2**	**19,9**	**18,9**	**21,5**	**22,2**	**22,3**

A situação dos professores substitutos pareceu-nos particularmente grave. São empregados através de contratos temporários (contrato de um ano somente, podendo ser renovado por mais dois), que podem ser cancelados a qualquer tempo e amargam reduzidos direitos trabalhistas, traduzindo, claramente, dentro do âmbito universitário, a precarização vivenciada atualmente no mercado de trabalho global. Possuem salários menores do que um docente efetivo (o equivalente a um professor auxiliar, independentemente do seu grau de qualificação), mesmo que sua carga horária seja similar ao professor do quadro permanente. Seu regime de trabalho limita suas atuações às salas de aula de graduação, não são remunerados para realização de pesquisa e extensão, para orientação de monografia ou projetos. Não são avisados nem comparecem às reuniões departamentais, encontram-se desvinculados das discussões institucionais e são praticamente "impedidos" de manterem vínculos orgânicos com a universidade.

Aliado ao quadro global de flexibilização e precarização da carreira, observa-se o acréscimo de outros aspectos importantes presentes no dia-a-dia do professor como a fragmentação das tarefas, o produtivismo, a competição e o individualismo.

O produtivismo é alimentado por incentivos financeiros, mas também por outras recompensas mais sutis como é o caso dos múltiplos e complexos processos de avaliação que, em contrapartida, acrescentam ao trabalho docente um grande número de atividades, tais como relatórios, preenchimentos de formulários, fornecimentos de dados para sistemas de informação, entre outras, e estimulam a competição entre os docentes e institutos, principalmente quando balizadoras de financiamentos.

No caso da Uerj, há que se destacar o Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística (Prociência) que normatiza a dedicação exclusiva, o que nesta universidade apresenta contornos bem distintos das demais universidades brasileiras. A concessão da dedicação exclusiva é condicionada diretamente à produtividade do professor. Trata-se, na prática, de um "concurso interno" realizado a cada três anos, findo os quais ocorre uma minuciosa avaliação do desempenho acadêmico do

docente no período. Somente 340 professores, dos quase 3000 atualmente em exercício, são admitidos no Programa e, uma vez incluídos, devem manter um ritmo frenético de trabalho, sob pena de perderem a bolsa (que corresponde a 70% do salário) na próxima avaliação. Ainda que estes sejam apenas um segmento, entre outros, do conjunto dos professores - o que não representa nem mesmo a maioria destes – seu trabalho se torna especialmente importante, já que é valorizado como modelo de excelência e objetivo a ser alcançado na carreira dos docentes da universidade, impondo um certo ritmo ao cotidiano universitário e um certo olhar sobre o que compõe o trabalho do "resto" dos professores (LOPES; MANCEBO, 2004).

O aumento de velocidade das diversas atividades que o docente deve realizar é um elemento adicional nas dificuldades citadas, pelos próprios, no ato de trabalhar, resistir e lutar coletivamente. Particularmente, o uso amplamente difundido da microeletrônica no ambiente universitário, se liberou o docente de algumas tarefas enfadonhas do passado, em contrapartida, acelerou a produção acadêmica, afetou as rotinas de trabalho, multiplicou as possibilidades de trocas e contatos, além de haver intensificado o sofrimento subjetivo diante das inúmeras tarefas a serem realizadas. Como exposto por Mancebo (2007):

> O trabalho docente flexível e multifacetado, atravessado por atividades e exigências diversas que não cessam, nem em época de greve, tampouco nas férias, gera, ao mesmo tempo, mudança na jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção num mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho), particularmente facilitada pela introdução das novas tecnologias. Períodos de interrupção do ano letivo são aproveitados para "botar as coisas em dia": adiantar o preenchimento de formulários, preparar projetos, escrever artigos, "pegar" os livros que ainda não foram lidos. E-mails a serem respondidos, celulares que tocam em casa e computadores portáteis garantem que o trabalho

> acompanhe o professor, para além dos muros da universidade, nos momentos institucionalmente destinados ao descanso e lazer. O professor vai fisicamente para casa, mas o dia de trabalho não termina, pois as inovações tecnológicas possibilitam a derrubada das barreiras entre o mundo pessoal e o mundo profissional (p.80).

Assim, os professores da Uerj não passam imunes às novas demandas econômicas e do mercado de trabalho, na medida em que se vêem "atropelados" pelas novas e aceleradas exigências de produção e qualificação, rápido consumo e processamento da informação; além da competição e do individualismo amplamente difundidos em seu ambiente de trabalho.

Por fim, os resultados ainda preliminares da pesquisa, parecem indicar para uma posição paradoxal, assumida pela maioria dos professores entrevistados, pois sentem a angústia de ter que dar conta das novas formas de trabalho e atividades que lhes são propostas, ao mesmo tempo em que se orgulham de estar envolvidos e atuantes num espaço universitário como o da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Pode-se pensar que o encontro das subjetividades no âmbito da universidade, com a variedade de estimulações trazidas pelos recursos globais, somadas às demandas flexíveis dos campos do trabalho, fizeram com que se complexificassem as "exigências" comportamentais. Trata-se de uma "curiosa" ressignificação subjetiva, obviamente reforçada e alimentada pela instituição e pelos que a habitam, para a intensa precarização do trabalho desse professor, submetidos a jornadas de trabalho mais intensas e extensas, mas que ao mesmo tempo consegue produzir sentimentos de prazer e, mais raramente, de solidariedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

2. CHAUÍ. M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 11ª ed. São Paulo: Cortez editora, 2005.

3. _____, M. **Perspectivas para o futuro. Humanidades, Pesquisa, Universidade***,* Comissão de Pesquisa da FFLCH/USP, p. 159-171, 1996.

4. FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise Do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

5. _____, G. (Org). **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis/RJ. Ed. Vozes, 1998.

6. _____, G. e Ciavatta, M. (Org). Teoria **e Educação no Labirinto do Capital**. Petrópolis/RJ. Ed. Vozes, 2001.

7. GENTILLI, P. **A Falsificação do Consenso: Simulacro e Imposição na Reforma Educacional do Neoliberalismo**. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1998.

8. _____, P. (Org). **Globalização Excludente. Desigualdade, Exclusão e Democracia na Nova Ordem Mundial**. Petrópolis/RJ. ED. Vozes, 2000.

9. LIMA, J e Neves, L. (Org). **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo.** Rio de Janeiro, Editora Fiocruz. 2006.

10. LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo; MANCEBO, Deise. Trabalho Docente: compressão temporal, flexibilidade e prazer?. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 13, n. 24, p. 138-152, 2004.

11. MANCEBO, Deise . Trabalho Docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. Psicologia. **Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 77-83, 2007.

12. _____, Deise. Trabalho docente, políticas e subjetividade: ampliando o debate. **Relatório de pesquisa,** Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Prociência, 2006.

13. MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo. Boitempo Editorial, 2002.

14. SANTOS, B. S. S. **A Universidade no Século XXI**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

15. SOARES, L. **O Desastre Social**. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2003.